

5. Anexo às demonstrações financeiras

Daniela Loureiro
T. Loureiro

CJF
A. P.
A. Loureiro

Telmo

5. Anexo às Demonstrações Financeiras

5.1. Nota 1- Adoção pela primeira vez do SNC-AP

As presentes demonstrações financeiras são apresentadas pela primeira vez de acordo com as Normas Contabilísticas Públicas (NCP), sendo que foram reconhecidos todos os ativos e passivos e sua respetiva mensuração de acordo com as NCP. Os ajustamentos mais relevantes resultantes da mudança de políticas contabilísticas estão reconhecidos no saldo da conta “59-Outras variações do património líquido” e também no saldo da conta “564-Ajustamentos de transição para o SNC-AP”.

Deste modo, foi elaborado um quadro com a reconciliação do património líquido a 31/12/2019 no antigo normativo POCAL com o Patrimônio líquido a 01/01/2020 de acordo com o novo normativo SNC-AP.

Património Líquido em 31/12/2019 (POCAL)	50.830.906,56 €
Ajustamentos aos Ativos Transição SNC-AP	- 436.563,03 €
Transferencia de Subsidios de Investimento	12.093.719,83 €
Património Líquido em 01/01/2020 (SNC-AP)	62.488.063,36 €

5.1.1. Identificação da entidade, período de relato referencial contabilístico

Identificação da entidade, período de relato:

1. Designação da Entidade: Município de Porto de Mós
2. Número de Identificação Fiscal: 505586401
3. Natureza da atividade: ADMINISTRAÇÃO LOCAL CAE 84113
4. Endereço: Praça da República 2484-001 PORTO DE MÓS
5. Período de relato: 01-01 a 31-12-2020

5.1.2. Referencial contabilístico

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com o SNC –AP, Decreto- Lei nº192/2015, de 11 de setembro e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas, de relato financeiro e normas interpretativas, o conjunto destas normas e interpretações são genericamente designada por “NCRF”. As demonstrações financeiras foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, alterações, performance e fluxos de caixa.

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

5.1.3. Fluxos de Caixa

O Município de Porto de Mós apresenta um saldo de 5.002.276,70€, discriminado no quadro abaixo.

Para efeitos de saldo de execução orçamental não estão incluídos os ativos financeiros (depósitos a Prazo), estes saldos não estão disponíveis para uso imediato segundo as regras do SNC.

Desagregação de Caixa, Depósitos e Saldo Orçamental e de Tesouraria		
Conta	Ano 2019	Ano 2020
Caixa	2.070,78 €	1.631,22 €
Depósitos à Ordem	2.245.938,32 €	3.238.360,67 €
Depósitos de Garantias e Cauções	538.686,90 €	510.534,81 €
Depósitos a Prazo	1.251.750,00 €	1.251.750,00 €
Depósitos consignados	0,00 €	0,00 €
Total	4.038.446,00 €	5.002.276,70 €

Os depósitos a prazo a 31-12-2020 eram os abaixo evidenciados.

Conta	Depósitos a Prazo	Valor
Montepio Geral - Associação Mutualista		
13120101	MG nº 333.15.002302-1	251.750 €
13120102	MG nº 435.15.101573-0	250.000 €
13120103	MG nº 333.15.002339-3	250.000 €
Banco BIC Português SA		
13120303	BIC nº 16616552320007	500.000 €
Total de Depósitos a Prazo		1.251.750 €

5.1.4. Comparabilidade

A transição de POCAL para SNC-AP teve alterações quer ao nível da apresentação, relacionadas com reclassificações em termos de plano de contas, dando cumprimento ao estabelecido no Anexo III do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, quer em termos de mensuração dos ativos e passivos, destacando-se:

- **Conta 21- Cliente; contribuintes e utentes** - No SNC, os ajustamentos, relativos a perdas por imparidade no valor (120.189,44€), passam a ser efetuados diretamente na conta de ativo (conta 219 Perdas por Imparidade Acumulada).
- **Conta 59 - Outras Variações Património Líquido** - Em SNC o saldo desta conta (12.097.169,83€), resulta dos proveitos diferidos, conta do passivo no valor de (12.093.719,83€) e da conta de doações obtidas no valor (3.450,00€).

5.2. Nota 2 -Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.2.1 Base De Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas pela primeira vez de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP). Para o efeito, foi elaborado um balanço de abertura de 01 de Janeiro de 2020 de acordo com o Manual de Implementação do SNC-AP.

O balanço e a demonstração de resultados de 2020 foram preparados de acordo com o SNC-AP e a informação relativa ao ano anterior baseia-se no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), através de uma mera conversão dos saldos das contas e rubricas de acordo com o SNC-AP.

As demonstrações financeiras (DF) foram apresentadas de acordo com a Norma Contabilística Pública (NCRF 4) estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras utilizando como unidade monetária funcional o euro. As DF apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. Representam de forma fiel os efeitos das transações e outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos conforme a estrutura a informação comparativa relativa ao período anterior foi divulgada para todas as quantias relatadas nas DF, respeitando o princípio da continuidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo.

- **Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento.**
Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo.
- **Ativos intangíveis**
Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.
- **Participações financeiras**
As participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo, não tendo ocorrido em 2020 alterações.
- **Depreciações e amortizações**
As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.
- **As contas a receber de clientes e outros devedores**
São reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a

*O7
Porto de Mós*

falc
CPM
DPO

Município de Porto de Mós

autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

➤ **Inventários**

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

5.2.2. Ajustamento Relacionado com períodos anteriores

➤ **Classificador Complementar 2 (CC2)**

Os bens de inventário foram reclassificados a 01-01-2020 de acordo com o Classificador Complementar 2 (CC2) e em conformidade com a Portaria n.º 186/2016, de 14 de julho.

As depreciações das edificações e outras construções atendem à natureza dos materiais utilizados, cuja vida útil sofreu alterações com a entrada do SNC-AP, conforme evidenciado no quadro abaixo.

NATUREZA DO MATERIAL	Vida Util (Anos)	
	SNC-AP - CC2	POCAL - CIBE
A - Alverneria de pedra	100	150
B - alverneria pombalina	100	150
C- Alverneria de tipo gaoleiro	20	60
D- Betão armado com % de alverneria de tipo tijolo	50	80
E - Construções Ligeiras	10	20
F - Materiais Betuminosos para pavimentos, asfaltos e outros	20	20

Em consequência da alteração da vida útil foram contabilizados os ajustamentos das depreciações dos bens imóveis que estão evidenciados na conta 564 - Ajustamentos de transição para o SNC-AP.

Com alteração da vida útil, a vida útil dos subsídios dos bens financiados alterou-se, tendo os Proveitos Diferidos Retrospectivos sido contabilizados também na conta 564.

➤ **Especialização do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e da receita prevista no nº 3 do artigo 35.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI)**

Quanto à receita do FEF de capital Especialização do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) de 646.138€ e da receita prevista no nº 3 do artigo 35.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI) no valor de 687.767€ ambos constante do mapa XIX – “Transferências para os Municípios - Participação dos Municípios nos Impostos do Estado – 2020”, no valor de 687.767€, esta receita com a entrada em vigor do SNC-AP, passou a ser contabilizada nas subcontas da 5939 “Outras Transferências e Subsídios de Capital” do Plano de Contas Multidimensional (PCM), conforme determina a Nota de Enquadramento desta conta, ao invés do que determinava o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), que imponha que este tipo de receita fosse reconhecida numa conta de proveitos, nomeadamente, na conta 742112 “Transferências de Capital”.

A alteração do tratamento contabilístico das receitas referenciadas irá originar um impacto negativo no resultado líquido do, uma vez que esta receita deixa de afetar uma conta de rendimentos e passa diretamente para uma conta do “Património, Reservas e Resultados Transitados”.

(Assinatura)
(Assinatura)
(Assinatura)

5.3 Nota 3 - Ativos intangíveis

Foi aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

As fichas de cadastro estão atualizadas à data do relato, onde consta para cada elemento entre outra informação a vida útil ou taxa de amortização, assim como a respetiva quantia escriturada líquida.

O método de amortização utilizado é o das quotas constantes.

Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Inicio do Periodo				Final do Periodo			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp.Acum.	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp.Acum.	Quantia Escriturada
440 Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
442 Projetos de desenvolvimento	139.106,27	133.204,68	0,00	5.901,59	139.106,27	136.155,33	0,00	2.950,94
443 Programas de computador e sistemas de informação	451.709,05	415.200,00	0,00	36.509,05	457.305,55	451.524,35	0,00	5.781,20
444 Propriedade industrial e intelectual	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
446 Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
454 Ativos intangíveis em curso	17.190,67	0,00	0,00	17.190,67	55.308,10	0,00	0,00	55.308,10
Total:	613.005,99	548.404,68	0,00	64.601,31	656.719,92	587.679,68	0,00	69.040,24

Ativos intangíveis - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por imparidade	Amortiz. período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	5.901,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.950,65	0,00	2.950,94
Programas de computador e sistemas de informação	36.509,05	5.598,50	0,00	0,00	0,00	0,00	-30.324,35	0,00	5.781,20
Propriedade industrial e intelectual	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	47.410,64	5.598,50	0,00	0,00	0,00	0,00	-30.275,00	0,00	13.732,14

*G. T. Teles
R. S.
D. Lourenço*

Ativos intangíveis - Adições

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Depósito em pagamento	Licença fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	5.500,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,50
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	5.500,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,50

No ano 2020 não se registaram diminuições de ativos intangíveis.

5.4 Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontra-se descrito o contrato de concessão, em que o município obtém receita e todos os elementos fundamentais.

					Pagamentos do concessionário		
Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Ano anterior	Ano corrente	Anos Futuros
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	E-Redes - Distribuição de Eletricidade SA	Rede elétrica	20 Anos		774.683,48€	774.309,35€	775.465,72€

5.5 Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

5.5.1 Ativos Fixos Tangíveis Variação das depreciações e perdas por imparidade

Na transição do ano para o novo normativo contabilístico, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2). Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo.

No ativos fixos tangíveis constam bens que foram inventariados em exercícios anteriores com valor zero, dado que eram bens antigos, não existindo documentos de suporte à sua avaliação e para os quais não foi possível atribuir um valor de mercado, nomeadamente equipamento básico e administrativo.

Existem ainda bens que foram doados ao Município e integrados no património por deliberação do órgão executivo cuja valorização não foi possível apurar, pelo que os mesmos assumiram o valor zero, aquando da sua integração no inventário.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro e 2020 foram registados ao custo de aquisição. No quadro seguinte estão descritos os movimentos de variação e perdas por imparidade ocorridos em 2020 e as quantias escrituradas:

Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	AFT11	502.041,17	0,00	0,00	502.041,17	502.041,17	0,00	502.041,17
Edifícios e outras construções	AFT12	9.782.468,26	4.006.465,11	0,00	5.776.003,15	9.819.468,20	4.228.978,40	5.590.489,80
Infraestruturas	AFT13	45.572.885,94	27.442.258,67	0,00	18.130.400,27	46.087.550,56	29.051.191,87	16.438.384,89
Património histórico, artístico e cultural	AFT14	203.580,76	36.313,75	0,00	187.247,01	203.580,76	66.024,92	137.555,84
Outros	AFT15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	AFT38	2.484.687,18	0,00	0,00	2.484.687,18	3.803.201,37	0,00	3.803.201,37
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	AFT21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	AFT22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	AFT23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	AFT24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	AFT28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	AFT31	5.559.321,60	0,00	0,00	5.559.321,60	5.559.321,60	0,00	5.559.321,60
Edifícios e outras construções	AFT32	23.384.491,38	4.622.444,24	0,00	18.762.047,14	23.513.580,72	5.185.405,02	18.329.164,70
Equipamento básico	AFT33	5.088.583,57	3.750.500,65	0,00	1.327.073,92	5.362.289,59	4.064.000,95	1.298.259,64
Equipamento de transporte	AFT34	2.070.828,24	2.188.604,16	0,00	484.164,08	2.779.250,21	2.313.588,73	465.063,48
Equipamento administrativo	AFT35	1.073.050,70	890.844,16	0,00	182.215,54	1.074.152,33	955.693,46	118.458,87
Equipamentos biológicos	AFT36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	AFT37	1.485.310,82	1.098.234,07	0,00	389.075,85	1.510.880,41	1.218.903,02	291.777,39
Ativos fixos tangíveis em curso	AFT38	1.395.280,83	0,00	0,00	1.395.280,83	2.581.350,18	0,00	2.581.350,18
Total:		99.209.279,43	44.040.732,71	0,00	55.159.546,72	102.796.422,10	47.883.793,37	55.112.628,73

A vida útil dos ativos tangíveis são as constantes no Classificador Complementar 2 cadastro do SNC - AP, em conformidade com a Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho.

As maiores variações das depreciações devem-se essencialmente à reclassificação contabilística dos itens de edifícios e outras construções.

5.5.2 Ativos Fixos Tangíveis Adições

Durante o ano 2020 deram-se as seguintes adições

Ativos fixos tangíveis - Adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Expropri.	Doação	Doação em pagamento	Licença fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	6.073,13	709.673,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.167.474,98	1.883.421,96
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96.000,00	96.000,00
Equipamento básico	0,00	263.652,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	263.652,71
Equipamento de transporte	0,00	108.421,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108.421,97
Equipamento administrativo	0,00	1.092,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.092,63
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	24.222,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.222,96
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	4.797,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.243.314,69	1.245.611,69
total:	6.073,13	1.112.261,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.807.299,67	3.623.623,82

Não se registaram diminuições nos ativos fixos tangíveis.

5.6 Nota 7 - Custo dos empréstimos Obtidos

No final do ano 2020, o montante dos empréstimos em dívida ascendia a 1.183.731,86€. Os encargos totais foram de 239.095,65€ sendo as amortizações liquidadas no montante 235.737,16€ e os juros no montante de 3.358,49€.

Desagregação dos empréstimos bancários de acordo com a exigibilidade:

Conta	Designação	Saldo 31/12/2020
2511	Empréstimos bancários	
251121	Exigível a Curto Prazo	967.145,92 €
251122	Exigível a Médio e Longo Prazo	216.585,94 €
TOTAL		1.183.731,86 €

5.7 Nota 8 - Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao modelo de custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra.

Propriedades de Investimento - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Depreciações período	Perdas imparidade	Dif. cambiais	Diminuições	
Propriedades de Investimento								
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	1.350.315,86	107.703,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.458.018,86
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	1.350.315,86	107.703,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.458.018,86

As propriedades de investimento adquiridas em 2020 pelo município são terrenos para a construção da Área de Localização Empresarial de Porto de Mós.

Propriedades de Investimento - Adições

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Doação em pagamento	Lotação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Propriedades de investimento										
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	85.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.103,00	107.703,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais:	0,00	85.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.103,00	107.703,00

Não se registaram diminuições nas propriedades de investimento no ano 2020.

5.7 – Nota 9 - Imparidade de Ativos

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

5.7.1 - Imparidade de Ativos

O Município de Porto de Mós, não havendo regras concretas em SNC para a criação de imparidades seguiu a regra do POCAL:

- 50% para Dívidas há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% para Dívidas em mora há mais de 12 meses.

Imparidade de Ativos

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de Imparidades	Quantia Recuperável
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes, contribuintes e utentes	436.302,33	151.398,71	51.445,25	336.348,87
Fornecedores	139.290,14	0,00	0,00	139.290,14
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber e a pagar	2.756.832,11	0,00	0,00	2.756.832,11
Mercadorias	17.580,18	0,00	0,00	17.580,18
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	222.862,54	0,00	0,00	222.862,54
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	692.333,50	230,00	0,00	692.103,50
Propriedades de investimento	1.458.018,88	0,00	0,00	1.458.018,88
Ativos fixos tangíveis	48.728.077,18	0,00	0,00	48.728.077,18
Ativos intangíveis	13.732,14	0,00	0,00	13.732,14
Investimentos em curso	6.439.859,65	0,00	0,00	6.439.859,65
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	60.904.878,61	151.628,71	51.445,25	60.804.695,15

No quadro acima estão apresentadas as perdas por imparidades de clientes contribuintes e utentes no valor de 151.398,71€, tendo havido uma reversão de imparidades no montante de 51.445,25€ esta conta regista um saldo de 99.953,46€. Estão ainda registados 230,00€ em investimentos financeiros trata-se do risco associado à parte de capital na empresa Mapicentro, SA.

*YB
F
T
Torres*

5.8 Nota 10 - Inventários

Rubrica (1)	Quantia Bruta (2)	Imparidade Acumulada (3)	Quantia recuperável (4)=(2)-(3)
Mercadorias	17.580,16 €	0,00 €	17.580,16 €
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	222.852,78 €	0,00 €	222.852,78 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	240.432,94 €	0,00 €	240.432,94 €

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante 2020 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

	Movimentos 01-01-2020 a 31-12-2020								
	Quantia escriturada (1)	Compras Liquidas (2)	Consumos / Gastos (3)	Variação nos inventários da produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversão de Perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de inventário(8)	Quantia escriturada Final 9=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)
Mercadorias	15.116,32 €	544.382,61 €	- 270.997,38 €	- €	- €	- €	- 270.921,39 €	- €	17.580,16 €
Materias-Primas, subsidiárias e de consumo	203.549,48 €	272.888,76 €	- 253.460,97 €	- €	- €	- €	- 125,07 €	0,58 €	222.852,78 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	218.665,80 €	817.271,37 €	- 524.458,35 €	- €	- €	- €	- 271.046,46 €	0,58 €	240.432,94 €

No ano 2020 o Município de Porto de Mós, nos termos contratuais estabelecidos com a EPAL adquiriu maior volume de água que no ano transato, no entanto, as redes de abastecimento afetas ao sistema de abastecimento servido em alta por esta entidade, não obstante os trabalhos de renovação de redes que tem sido levado a cabo, são redes com alguma idade, com uma extensão significativa e com uma grande incidência de roturas, o que leva a um elevado índice de perdas neste sistema, rondando cerca de 50%. A este valor ainda acrescem as perdas dos sistemas servido por outras entidades em alta.

5.9 Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação

As entidades públicas podem obter rendimentos tanto de transações com e ou sem contraprestação. Uma transação com contraprestação é aquela em que a entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá em troca à outra parte um valor aproximadamente igual (principalmente na forma de bens, serviços ou uso de ativos). Os rendimentos que o município obtém com contraprestação inclui rendimentos provenientes de venda de água, serviços sociais (refeições escolares e prolongamento) e os rendimentos das rendas (Vodafone, Nos, PECF-Parque Eólico) e a Renda da E Redes, S.A.

Rendimento de transações com contraprestação até 31/12/2020

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por resultado		Ajustamentos recebidos
	Resultados	Patrimônio líquido	Initial do período	Final do período	
704 Taxas, multas e outras penalidades					
7043 Taxas específicas das autarquias locais	117.662,34	0,00	0,00	0,00	0,00
7044 Multas e outras penalidades	17.714,26	0,00	0,00	0,00	0,00
71 Vendas					
711 Mercadorias	2.743,48	0,00	0,00	0,00	0,00
712 Produtos acabados e intermediários	935.761,07	0,00	0,00	0,00	0,00
72 Prestação de serviços					
7203 Serviços específicos das autarquias locais	1.386.637,77	0,00	0,00	0,00	0,00
7208 Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	102.013,32	0,00	0,00	0,00	0,00
7299 Outros serviços	1.297,32	0,00	0,00	0,00	0,00
73 Outros rendimentos					
731 Rendimentos suplementares	10.628,26	0,00	0,00	0,00	0,00
734 Ganhos em inventários	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00
737 Rendimentos em investimentos não financeiros	943.420,35	0,00	0,00	0,00	0,00
7380 Outros rendimentos do Estado	1.325,38	0,00	0,00	0,00	0,00
7381 Comprações relativas a períodos anteriores	433.260,53	0,00	0,00	0,00	0,00
7399 Outros não especificados	19.844,50	0,00	0,00	0,00	0,00
79 Juros, dividendos e outros rendimentos similares	3.328,51	0,00	0,00	0,00	0,00
79 Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Total:	3.874.562,84	0,00	0,00	0,00	0,00

5.10 Nota 14 – Rendimentos de Transação sem contraprestação

Nos rendimentos sem contraprestação encontram-se os impostos que são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. São também rendimentos sem contraprestação as transferências que são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Os rendimentos de transações sem contraprestação recebidos pelo município até 31-12-2020 resultam da receita de impostos como Imposto sobre Imoveis, Imposto sobre Transações onerosa de Imoveis, Imposto Único de Circulação e das transferências e subsídios correntes provenientes do Orçamento de Estado. O montante recebido em 2020 ascendeu a 13.649.818,47€.

De acentuar que a Câmara Municipal em sua reunião realizada no dia 13 de maio de 2021, deliberou que todos os subsídios para investimentos que o Município recebeu se tratam de forma contabilística como “rendimento de transação sem contraprestação” com a consequente classificação patrimonial associada.

Rendimento de transações sem contraprestação até 31/12/2020

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Initial do período	Final do período	
701 Impostos Diretos					
70103 Dízima	530.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70105 Imposto municipal sobre imóveis	2.565.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70106 Imposto único de circulação	595.911,89	0,00	0,00	0,00	0,00
702 Impostos Indiretos					
70208 Impostos indiretos específicos das autarquias locais	61.831,49	0,00	0,00	0,00	0,00
70210 Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	745.882,62	0,00	0,00	0,00	0,00
76 Transferências e subvenções correntes nildas					
75111 Estado	6.858.784,61	0,00	0,00	0,00	0,00
75112 Serviços e Fundos Autónomos	1.168.013,24	0,00	0,00	0,00	0,00
7514 Racião do Mundo	7.771,35	0,00	0,00	0,00	0,00
752 Subvenções correntes	271.463,25	0,00	0,00	0,00	0,00
78 Reversões					
762 De partas, por impugnação	7.044,47	0,00	0,00	0,00	0,00
7883 Impugnação de subsídios e encargos para investimentos	737.845,85	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	12.548.818,77	0,00	0,00	0,00	0,00

5.11 Nota 15 – Provisões Passivos Contingentes e ativos contingentes

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município de Porto de Mós, quer instaurados por outras entidades contra o Município, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para 283.184,37€ que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Não foram constituídas provisões para alguns processos judiciais em curso, nomeadamente, interpostos por terceiros ao Município de Porto de Mós, uma vez que o valor envolvido de indemnizações reclamadas é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade. Para processo nº 272/18.4BELRA que teve inicio em 2008 “Impugnação da legalidade de resolução sancionatória do contrato de empreitada Requalificação da Central Termoeletrica para funções culturais”, no valor de 925.825,34€, este processo teve e poucos desenvolvimentos processuais durante o ano de 2019, bem assim como no ano de 2020, sendo que o adjudicatário propôs ao Município o pagamento dum valor referente aos custos com manutenção da estrutura de contenção e custos associados, bastante mais modesto que o valor reclamado no processo, na tentativa de chegar a acordo extrajudicial e findar o processo contencioso cujo acordo não se chegou a firmar por não ter sido aceite pela empresa visada. Considerando que houve a tentativa de acordo com o Município e que o valor era de 148.303,61 €, conforme consta da proposta de “acordo de transação” parece-nos razoável que seja esse o montante a considerar para provisões para este processo.

5.11.1 Provisões

Provisão	Aumentos					Diminuições					Quan tia Escri turad a da final
	Quantia Escriturada Inicial (2)	Reforços (3)	Aumentos de Quantia Escriturada (4)	Outros Aumentos (5)	Total Aumentos (6)= (3)+(4)+(5)	Utilizaçõe s (7)	Reversões (8)	Outras Diminuiçõe s (9)	Total Diminuiçõe s (10)= (7)+(8)+(9)		
Impostos Contribuições e taxas											
Garantia a Clientes											
Processos Judiciais em Curso											
Acidentes de trabalho e doenças profissionais											
Matérias Ambientais											
Contratos Onerosos											
Reestrut. e reorganização											
Outras Provisões											
Total	123.439,98	174.744,40			298.184,38				283.184,37		

Foram criadas provisões para os processos:

- Processo nº 272/18.4 BELRA Impugnação da legalidade da resolução sancionatória do contato de empreitada e condenação do município ao pagamento de indemnização pelos danos provisão criada no valor de 148.303,61€.
- Processo 705/17.7 BELRA – pedido de indemnização por queda na via publica- criada provisão no valor de 26.440,79€.

As provisões foram constituídas, de acordo com a informação vertida pelos advogados e em consonância com o princípio da prudência, o que significa que é possível integrar nas contas um grau de precaução ao fazer estimativas exigidas em condições de incerteza sem contudo, permitir a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas ou a deliberada quantificação de ativos por defeito ou de passivos e custos por excesso.

5.11.2 - Passivos Contingentes

No âmbito da NCP 15 não se verificam factos relevantes para o período 2020.

5.11.3 – Ativos Contingentes

O Município não apresenta quaisquer ativos contingentes para o período 2020.

5.12 Nota 17 - Acontecimentos após data de Relato

Continua o estado de emergência decorrente da pandemia do COVID 19, com todos os efeitos sobre a estrutura da receita e despesa do Município e até do normal desenvolvimento de alguns projeto materiais e imateriais

Quanto aos processos judiciais foi eliminada a provisão criada para o processo 1120/17.8 TAF Leiria BELRA – impugnação da ordem de demolição interposta por Maria Natália Batista Jorge no entanto o processo só ficou findo em 2021.

O processo judicial 1578/106 BELRA terminou em dezembro de 2020, a dívida e a provisão no valor de (32.892,79€) foi regularizada em 2021.

5.13 Nota 20 – Divulgação de partes relacionadas

O Município de Porto de Mós não detém participações em entidades onde exerce controlo.

5.14 Nota 23 Outras divulgações

As notas não descritas no presente documento não tem relevância nas contas do ano 2020.

5.15 Nota 27 Contabilidade de Gestão

O município divulgou os dados dos custos pelas funções do ano 2020 no ponto 4.14 do Relatório de Contas.